

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

### REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 01 dia do mês de outubro de 2020 às 18 horas e 10 minutos, excepcionalmente por meio de videoconferência devido a pandemia de COVID 19, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através do decreto nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Fabio Ceconello e o Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, André Breda, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprev>) -YOUTUBE e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada a ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Pauta única do dia:

- 1- Apresentação, discussão e deliberação sobre os itens 01 e 02 do edital de convocação da assembleia geral de cotistas AGC, referente ao Fundo Piatã, Fundo de Investimentos de Renda Fixa longo prazo, previdenciário, crédito privado marcado para o dia 05/10/2020.

A presidente do conselho administrativo Sandra esclarece que convocou esta reunião extraordinária, a pedido da diretoria executiva e financeira do Instituto por se tratar de um assunto de extrema importância e de necessidade de deliberação, pois a AGC do fundo em discussão será no próximo dia 05/10/2020 e o comitê de investimentos, bem como a diretoria financeira precisam de um posicionamento e deliberação deste conselho. Sandra ressalta que o material necessário para análise e um relatório contendo o parecer da consultoria financeira do Instituto elaborado pela empresa LDB foi enviado previamente aos conselheiros para a devida análise e deixa registrado seu descontentamento com o parecer da consultoria, era esperado mais de uma consultoria financeira quando contratada para fornecer informações claras, objetivas e de tamanha importância para este conselho, embora todos os conselheiros administrativos sejam certificados com CPA-10 – ANBIMA. O relatório da consultoria não respondeu a necessidade e expectativa para este conselho.

O diretor financeiro do Instituto, Douglas, inicia a apresentação informando que o Fundo Piatã ainda não estava em liquidação, porém, considerando a recomendação da secretaria de previdência em envidar esforços para a liquidação de fundos desenquadrados e o interesse do Instituto Pauliprev em recuperar os recursos

Handwritten notes and signatures on the right margin:  
- A circled 'A' at the top.  
- A vertical line with a checkmark.  
- The initials 'PMS' and 'Fab' written vertically.  
- A signature that appears to be 'João' or similar.  
- Another signature below it.  
- The initials 'Idu' written vertically.  
- A circled signature that appears to be 'André'.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

investidos em 2009, os cotistas do fundo solicitaram que a gestora fizesse um plano de liquidação. Sobre este plano, está sendo negociado a questão do prazo e diminuição da taxa, mas ainda está dentro do que se espera. Conjuntamente com isto, veio a necessidade de uma decisão secundária, referente a um ativo dentro do Fundo Piatã, a CCB (Cédula de Créditos Bancários) da empresa Sucos Brasil. A proposta de compra das CCBs é de 2019 no valor de R\$ 7 milhões, salientando que não se trata de compra da fazenda – imóvel em garantia do ativo - mas sim a dívida representada pelas CCBs relativas a emissão em 2009.

Atualmente, há um valor de dívida de R\$25 milhões, sem correção, há 10 anos vencidas, para saber se era interessante aceitar, foi realizado uma consulta informal e não vinculativa ao Tribunal de Contas para saber qual o entendimento deles e o que o Instituto precisa ter de segurança para tomar essa decisão com racionalidade econômica e segurança jurídica considerando que precisamos resolver e recuperar recursos públicos. Importante ressaltar que não foi a atual gestão do Pauliprev que deu causa a situação, haja vista o investimento ter sido realizado em 2009. Em resposta, recebemos a informação que seria muito importante a transparência na decisão e participação de todos, ou seja, Comitê de Investimentos, Consultoria Financeira, Diretoria Executiva e Conselho Administrativo, constando em ata do Comitê de Investimentos, aprovação da diretoria, deliberação do conselho administrativo, com uma reunião extraordinária de pauta específica para que fique bem claro que foi uma análise feita de forma transparente, com o comitê, mesmo que consultivo, dando seu parecer, passando pelo conselho administrativo e analisando sua racionalidade. Desta forma, foi solicitada esta reunião nos moldes orientados e, paralelamente a isto, buscamos, para ter ciência, se há raciocínio econômico ou não, de maneira que, aprovando ou reprovando, ficou registrada a análise e como se trata de recurso público, é necessário para que se tenha total transparência.

Analisando o ativo, essa CCB foi adquirida pelos gestores do fundo em 2009, por R\$25 milhões, sendo que a empresa pediu recuperação judicial em 2010, o que causa estranheza. Houve mais fundos que aportaram recursos na Sucos Brasil e depois de um ano a empresa entrou com recuperação judicial, posteriormente tendo sido decretada sua falência, que posteriormente foi obstada pelo judiciário retomando o processo de recuperação judicial. No intercurso, tivemos acesso a informações fornecidas pelos atuais gestores do fundo. Alguns avalistas eram casados e um dos cônjuges não assinou o aval, além disso, a gestão da Incentivo pediu a expulsão deles da garantia, ou seja, funcionando ou não, o aval deles não tinha valor porque o Fundo pediu para desconsidera-los como garantidores. Outra garantia oferecida na época foi um estoque de polpa de frutas, principalmente caju, que era o principal produto deles, porém tratava-se de um estoque precíval.

A CCB foi registrada em cartório em 2011, demonstrando um histórico bem estranho considerando que sua emissão foi em 2009, pediu falência em 2010 e registrou em cartório em 2011. Este fundo antes era denominado Quata, importante registrar para não perder o histórico do Fundo.



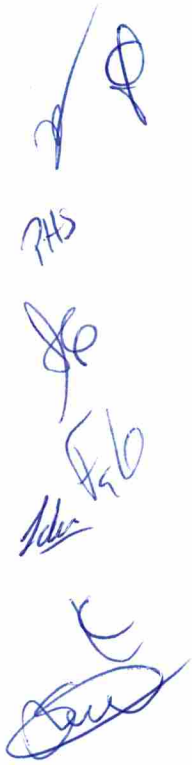
Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large signature at the top, followed by initials 'PA', 'J', 'Lda', 'FAB', 'E', and 'Sua'.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

Sobre o Investimento da Pauliprev neste fundo, em agosto de 2009 foi aplicado o valor de R\$ 27.417.000,00; até o momento conseguimos recuperar R\$ 16.606.000,00, o que representa cerca de 60,6% do valor aplicado.

Sobre os ativos, que garante a operação das CCbs junto a “Sucos do Brasil”, restou somente a fazenda Tabajara que tem uma área de 2.255 hectares, a operação das CCBs recebeu uma oferta da imobiliária Clara em 2019, que se dispôs a adquirir os papéis inadimplidos, assim como cessão dos direitos de garantia. Questionamos a BRPP – atual gestora do fundo - porque a oferta ocorreu ano passado e somente este ano soubemos a respeito. Quando, ao atender um convite para uma reunião que acreditávamos ser para discussão entre cotistas e obter informações, descobrimos que estávamos indo para uma reunião do comitê de acompanhamento. Esta oportunidade foi boa porque conseguimos bloquear a operação e pedimos que esse aceite ou não fosse para assembleia para todos os cotistas terem ciência. Nesta reunião, estava presente os representantes de Paulínia e Porto Ferreira, e não estavam presentes os demais representantes de Osasco, Itajaí e Assis. A solicitação para levar o assunto a assembleia de fato aconteceu. A partir disso, começamos a levantar informações. Esta imobiliária fez a oferta de R\$ 7 milhões à vista, eles estão pedindo para retirar custos e encargos, lembrando que não é para comprar a fazenda, mas sim as CCBs, ou seja, é para finalizar a conversa das CCBs. Analisando a garantia, era para ter tido um leilão em 2016 que não ocorreu por força de uma liminar que está bloqueando judicialmente o leilão até hoje, sendo que não se tem expectativa por quanto tempo irá demorar. Neste aspecto, o comitê começou achar estranho essa demora, pesquisando mais a fundo, fomos verificar quem eram os compradores, supostamente um dos sócios da imobiliária foi vice prefeito, vereador e presidente da Câmara da cidade, tem empresas de loteamento, tem processos públicos exigindo usucapião, tem uma financeira, portanto, poderia ser algo bom ou não.

O comitê analisou os laudos e avaliações, em 2011 tem um laudo no valor de quase R\$18 milhões, em 2015 um lado de um pouco mais de R\$ 40 milhões, em 2017 há um de quase R\$13 milhões com venda forçada de R\$6 milhões e em 2019 outro de R\$12 milhões com venda forçada de R\$ 9 milhões, analisando por estes laudos, o comitê entende que não deve aceitar porque o desvio padrão de valores é muito expressivo. Uma situação é desvalorização com o passar dos anos de forma gradativa, porém, a situação apresentada é muito irregular. Ainda sobre os laudos, foi identificado que aquele que melhor avaliou considerou a planta, a terra nua, ativo biológico, as benfeitorias e a fábrica de suco. Por outro lado, os últimos dois relatórios nem entraram no terreno, impossibilitando esse embasamento. Diante de tudo que foi encontrado e analisado, o comitê sugere para o conselho que, embora neste momento a única garantia de fato que se tenha seja essa fazenda, rejeite a proposta apresentada porque o laudo está desatualizado, foi solicitado um novo laudo para que seja possível chegar num denominador interessante visto que área da fazenda é bem localizada, neste momento esta é a sugestão e num segundo momento, com um maior embasamento apresentado pode ser que a recomendação mude para que o conselho aceite.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right, initials 'RAS', 'F16', and a signature at the bottom right.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

O conselheiro Fábio pergunta em relação a fazenda, se a existência de algum processo trabalhista impediria a venda da fazenda. O diretor financeiro esclarece que todas as dívidas envolvendo a fazenda passam a ser do Fundo, cita como exemplo processos trabalhistas, dívidas de imposto de terra atrasado. A proposta desta imobiliária é comprar a CCB, que tem a fazenda como uma das garantias e encerrar esse ativo dentro do Fundo. A proposta em si é interessante, porém o parâmetro de valor traz insegurança.

A presidente do conselho solicita que o diretor financeiro esclareça as informações, o comitê de investimentos recomenda ao não aceite da proposta das CCBs, e que fique claro que as cédulas de crédito imobiliário é uma coisa e a compra da fazenda é outra, não são a mesma coisa, além disso, o valor da dívida no início era de R\$25 milhões e a proposta agora é entregar R\$ 7 milhões e encerrar a dívida. O diretor Douglas informa que foi questionado a BRPP se houve algum pagamento dessa CCB, algum adiantamento, e a resposta deles foi que no total foram realizados 09 pagamentos entre o segundo semestre de 2009 e início de 2010, num valor aproximado de R\$1.800.000,00. A conselheira Nara questiona sobre a liquidação do fundo, se o diretor acredita que será feito uma nova avaliação mais precisa e se essa proposta não ganhar em assembleia. Douglas responde afirmativamente sobre a primeira pergunta porque já foi solicitado, sobre o segundo questionamento explica que foi feito reuniões com diversos cotistas, sendo sinalizado com base nos RPPs, cuja matéria já foi deliberada pelos seus conselhos o percentual de consenso pela rejeição estaria próximo a 60% do total de cotistas. Faltando tão somente a posição do Conselho da Pauliprev para o atingimento dessa meta.

O conselheiro Idu solicita que Douglas repita sobre os valores recuperados deste Fundo e questiona qual é o percentual que a Pauliprev tem neste Fundo. O Instituto como cotista tem 15,23%; Manaus, Curitiba, Jandira e Porto Ferreira totalizam por volta de 60% cada. A aplicação no início foi de R\$ 27 milhões em agosto de 2009, de recuperação foi um pouco mais de R\$16 milhões, correspondente a 60,6% do valor aplicado. Nesta proposta, se aceita, para Pauliprev retornaria por volta de R\$ 900 mil reais, porém, ainda tem o plano de liquidação, que será necessário verificar se a devolução do valor será total para os cotistas ou se irá reter alguma porcentagem para cobrir despesas com a liquidação, o diretor refaz os cálculos e retifica o valor que voltaria para o instituto, seria em torno de R\$1.066.000,00.

A conselheira Nara questiona sobre os repasses de conciliação dos valores para os institutos e as comprovações de que foram realizados, o diretor esclarece sobre como acontece o processo e as dificuldade em encontrar as informações.

A presidente Sandra antes de colocar em deliberação comenta um resumo simples em linguagem menos técnica que se trata de um fundo em que foi feito aplicação em dois momentos no valor de R\$27 milhões em 2009 pela Pauliprev. E que existe uma proposta para ser deliberada na próxima AGC dia 05/10/2020 para que aceitemos as CCBs no valor de R\$7 milhões, para a quitação de uma investida no qual o fundo aportou R\$ 25 milhões de todo o montante. na proporção das nossas cotas de aproximadamente 15%,

*Handwritten signatures and initials:*  
FAB  
JP  
Fab  
Sandra  
E

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

ou seja, o Instituto ficaria com aproximadamente R\$1 milhão do total investido no passado.

O diretor Douglas esclarece que é importante destacar que não foi o Pauliprev que colocou esse valor na Sucos Brasil e sim o Fundo, por meio do seu gestor à época, que fez essa operação de aquisição de CCBs. O conselheiro Idu complementa o resumo da Sandra, ressaltando que do total seria resgatado R\$1 milhão nesta proposta, além dos outros R\$ 16 milhões que foram resgatados antes, portanto no total dos R\$27 milhões, seria resgatados R\$17milhões.

O presidente André compartilha com o conselho a posição da diretoria executiva do Pauliprev, porque embora as decisões sejam tomadas conjuntamente, cada um na sua instância deliberativa, é importante que fique registrado para a AGC do dia 05/10/2020 que há duas decisões a serem tomadas: a liquidação do fundo e a aprovação desta proposta realizada pelas CCBs. É necessário ficar muito claro que não se trata de entendermos se a proposta é boa ou ruim, a questão é que não temos elementos suficientes para tomarmos essa decisão, esta proposta daqui a 30, 60 ou 90 dias sendo reapresentada pode até fazer com que tenhamos um novo posicionamento, desde que tenhamos informações adequadas para que tenhamos segurança jurídica para tomada de decisão. O fato de votarmos pela reprova do aceite a essa proposta para compra de CCBs é basicamente por falta de informações, pois hoje as que temos são desencontradas, divergentes e ausentes sobre o Fundo, partindo da perspectiva da pergunta da Nara sobre como conseguimos conciliar os valores que o Fundo recebeu do pagamento da dívida e que nós contabilizamos isto no Pauliprev, na verdade não contabilizamos porque precisamos que este extrato seja de recebimento nosso do Fundo e este pagamento pode ter sido realizado para o Fundo e o Fundo não ter repassado na proporcionalidade que temos de cota. Diante de todo exposto, o parecer da diretoria executiva é pela reprova neste momento pelo aceite da proposta, lembrando que o Douglas junto com o comitê faz um trabalho muito próximo com outros RPPS, mas também precisa ficar bem claro que nosso voto deve ficar bem claro e justificado em qualquer AGC porque em passado não muito distante já fomos pegos de surpresa com a mudança de postura de alguns RPPS em AGC, nosso voto tem que ser dado, replicado, justificado e registrado em ata, porque se houver algum direcionamento da AGC em posicionamento diferente do Pauliprev, precisamos ter a segurança jurídica de que nós não sejamos penalizados, se no futuro descobrirem que esta avaliação de R\$ 7 milhões foi feita com uma subprecificação de algo que valeria um valor muito maior. O presidente também abordou a questão discutida durante a reunião sobre as dívidas e os processos trabalhistas que porventura tenham, se implicaria na responsabilização do Fundo, e a resposta é sim porque o credor tem prioridade, mas no momento também nos falta informações se de fato há dívidas ou não, desta forma, a precificação deste ativo que estamos discutindo somente pode ser feita a partir das novas avaliações e informações sobre a fazenda. André reforça que o motivo da reprova pela diretoria executiva é pela falta de elemento e deixa em aberto para nova a avaliação quando se obter mais informações.

*Handwritten signatures and initials in blue ink:*  
- Top right: a checkmark and a circle with a dot.  
- Middle right: initials "AD" and "Fab".  
- Bottom right: a signature that appears to be "Idu" and another signature below it.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

Sobre a aprovação da liquidação do fundo, embora pareça um contrassenso votar a favor da liquidação e pela recusa da proposta da CCBs, as duas coisas não se confundem. O fato de votar pela liquidação, nada mais é que o cumprimento da determinação que vem sendo exigida desde 2010 aos RPPS pela Resolução 3922 pelo BACEN, posteriormente pelo Tribunal de Contas que estes fundos devem ser liquidados para que saíam da carteira. A partir do ano 2021, estes fundos não poderão mais ser considerados para avaliação atuarial porque eles já deveriam ser liquidados. Por fim, André ainda esclareceu sobre a liquidação dos Fundos, a abertura das carteiras do Fundos, a responsabilização dos gestores dos RPPS e dos próprios Fundos e do trabalho que o Instituto tem feito muitas vezes solicitando a troca de gestores dos Fundos para conseguir reaver os valores investidos.

O conselheiro Idu e o diretor Douglas ainda comentam sobre o plano de liquidação do fundo, esclarecendo que não é porque o Fundo está sendo liquidado que os cotistas são obrigados a aceitar qualquer proposta.

O conselheiro Edson aborda sobre a divergência dos laudos apresentados chamando atenção para o fato de que o profissional que conseguiu adentrar na fazendo precificou até os cajueiros, enquanto que os demais que não conseguiram entrar ficara sem essa possibilidade de avaliação, por isso, avalia que seja muito bom o posicionamento do conselho em solicitar um novo laudo.

Após todas as discussões, explicações e esclarecimento de dúvidas, a presidente Sandra coloca em deliberação a proposta das CCBs. Os conselheiros Fábio, Idu, Erick, Nara e Paulo deliberaram e recusaram a proposta apresentada pela AGC, considerando a falta de elementos para tomada de decisão. A conselheira Sirlene se absteve da deliberação, justificando que mesmo após ter lido toda documentação enviada, não sente segurança em votar pelo aceite ou recusa da proposta. A presidente Sandra esclarece que seu voto não é contabilizado, mas que faz questão de externar sua opinião e confiança no comitê de investimentos deixando claro que seu posicionamento, neste momento, também é pela recusa da proposta até que se tenha novos elementos. O total de votos pela recusa da proposta da CCBs foram de 06 conselheiros e 01 conselheiro se absteve da votação.

A presidente Sandra coloca em deliberação para os conselheiros a liquidação do Fundo. Os conselheiros Fábio, Idu, Erick, Nara, Edson e Paulo deliberaram a favor da liquidação do Fundo e a conselheira Sirlene se absteve de votar novamente. O total de votos a favor da liquidação do Fundo foram de 06 conselheiros e 01 conselheiro se absteve da votação.

O grupo ainda conversou sobre a liquidação de Fundos ilíquidos, e elogiaram a atuação do comitê de investimentos.

A presidente encerra a reunião agradecendo a participação de todos e por terem atendido prontamente a solicitação desta reunião extraordinária.



Handwritten signatures in blue ink, including names like Sirlene, Fábio, Erick, Nara, Paulo, and Idu.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

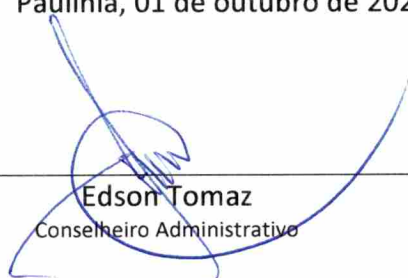
Término as 19h10.

Paulínia, 01 de outubro de 2020




---

**Sandra Ariadne Casassa**  
Presidente Conselho Administrativo



---

**Edson Tomaz**  
Conselheiro Administrativo



---

**Fabio Ceconelo**  
Conselheiro Administrativo



---

**Idu Ribeiro**  
Conselheiro Administrativo



---

**Nara Moretti**  
Conselheira Administrativa



---

**Erick Santos Paiva**  
Conselheiro Administrativo



---

**Paulo Henrique dos Santos**  
Conselheiro Administrativo



---

**Antônia Sirlene Lima**  
Conselheira Administrativa






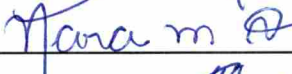

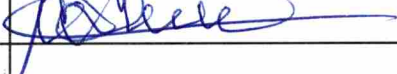


Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

## LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

01 de outubro de 2020 – 18 horas – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA POR TELECONFERÊNCIA

### Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	
3	ERICK SANTOS PAIVA	
4	FÁBIO CECONELLO	
5	SANDRA ARIADNE CASASSA	
6	NARA MARTINS MORETTI	
7	IDU BALBINO RIBEIRO	
8	ANTONIA SIRLENE LIMA	
9	CARGO EM VACÂNCIA	